



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PARECER Nº
PROCESSO Nº
INTERESSADO:

04/2024/CE/GM
00190.100855/2017-04

ASSUNTO:

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA. ATUAR COMO PROFESSOR DE CURSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS: COM ÊNFASE NAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE EM ENTIDADE PRIVADA.

Prezados(as) Membros da Comissão de Ética,

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta sobre o desempenho de atividade privada, com o objetivo de atuar como Professor do "Curso de Licitações e Contratos Públicos: com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance", protocolada em 04/04/2024, no Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses - SeCI, sob o nº 00096.018945/2024-41, a ser realizada pelo auditor federal de finanças e controle, Marcio Aurélio Sobral ora lotado no [REDACTED] desta Controladoria-Geral da União.

2. Na solicitação apresentada, consoante o art. 2º, inciso II, da Portaria Interministerial MP/CGU nº 333/2013, o requerente indicou as seguintes respostas no formulário disponibilizado:

Protocolo: 00096.018945/2024-41

Tipo de Solicitação: Autorização.

1 - Sua dúvida tem relação com qual (quais) das situações que podem configurar conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, descritas no art. 5º da Lei nº 12.813/2013:

NÃO SEI IDENTIFICAR.

2 - Descreva a atividade que você pretende exercer fora da administração pública ou a situação que suscita sua dúvida:

Atuar como Professor do "Curso de Licitações e Contratos Públicos: com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance"

3 - Você estaria vinculado a outra pessoa, empresa, associação ou organização durante o exercício dessa atividade ou enquanto perdurar essa situação? Se sim, indique o CPF ou CNPJ da pessoa, o tipo de vínculo e demais informações sobre essa pessoa que considera importantes:

Sim.

CPF/CNPJ:

Tipo do Vínculo: [REDACTED]

Atuar como Professor do "Curso de Licitações e Contratos Públicos: com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance"

4 - Essa pessoa física ou jurídica mantém algum vínculo com o órgão ou entidade em que você trabalha? Se sim, descreva-o.

Não.

5 - Quais são as atribuições de seu cargo ou emprego público?

Propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões nos

órgãos e entidades supervisionados; Executar atividades de recepção, triagem, análise e instrução de manifestações de ouvidoria; Compor equipes para a realização de atividades de auditoria interna governamental e de apuração; Compor equipes para a realização de inspeções; Participar de ações de supervisão e de orientação dos órgãos e entidades nas atividades de gestão de riscos, auditoria interna governamental, controles internos, prevenção da corrupção, governança, integridade, transparência e acesso à informação, ouvidoria e correição; Executar atividades relacionadas ao controle da qualidade dos dados e à segurança das informações que suportam as atividades da CGU; Monitorar os gastos públicos utilizando técnicas e ferramentas de análise aplicadas às bases de dados governamentais; Elaborar relatórios de auditoria; Analisar a legalidade dos atos de admissão, aposentadorias e pensões; Executar atividades inerentes à avaliação de programas de integridade no âmbito dos acordos de leniência firmados pela CGU; Realizar atividades inerentes à elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República e do Relatório de Gestão Fiscal; Executar atividades relacionadas aos processos de novação de dívida; Realizar atividades inerentes à avaliação de desempenho e à supervisão das unidades de auditoria interna, de ouvidoria e de correição dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal; Compor comissões de negociação de acordos de leniência; Compor equipes para a realização de ações investigativas;

6 - Quais atividades você exerce efetivamente em sua atual lotação?

Coordenação do [REDACTED] e dos projetos da CGU relacionados à Integridade Pública e Privada, Ouvidoria, Educação Cidadã, Transparência e Acesso à Informação, Controle Social e Participação Cidadã

7 - Você lida ou tem acesso a informações sigilosas ou privilegiadas no exercício de seu cargo ou emprego público? Se sim, descreva-as.

Sim.

Informações:

Informações sobre monitoramento do cumprimento de obrigações de integridade de empresas em acordos de leniência.

8 - No desempenho de sua função pública você exerce poder decisório (de forma individual ou enquanto membro de colegiado) capaz de interferir (positiva ou negativamente) nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar em âmbito privado? Se sim, descreva essa possível interferência.

Não.

9 - Descreva como a situação que suscita sua dúvida ou a atividade que você pretende exercer poderia gerar um conflito entre seus interesses privados e o exercício de sua função pública.

A Atividade de magistério é, a priori, autorizada e a empresa LEC Educação e Pesquisa LTDA tem CNAES: 8532500-Educação superior - graduação e pós-graduação; 8533300-Educação superior - pós-graduação e extensão, mas a LEC também possui outras vertentes como certificações profissionais e organização de congressos. Esses eventos contam regularmente com participação de servidores da CGU, inclusive eu já participei como palestrante/painelista em dois Congressos da LEC representando a CGU. Eu, individualmente, não tenho poder decisório sobre interesse da LEC e desconheço se a CGU tem. Meu objetivo é assegurar segurança jurídica na relação de professor/prestador de serviço com a LEC.

10 - A partir das informações prestadas, você gostaria de receber:

Autorização.

3. Em suma, o consulente declarou que está em exercício no órgão de origem, ocupa cargo em comissão, tem acesso à informação sigilosa ou privilegiada e não possui poder decisório capaz de interferir nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar.

4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

5. No caso específico do exercício de atividades de magistério, ministrar cursos de Licitações e Contratos Públicos: com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance, vigora a Orientação Normativa CGU n.º 02, de 9 setembro de 2014, aplicável aos agentes públicos do Poder Executivo federal. A norma prevê como regra a possibilidade do exercício do magistério por agente público, desde que respeitadas as normas de compatibilidade de horários, de acumulação de cargos e empregos públicos e a legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente público, como se vê:

Art. 2º **É permitido o exercício de atividades de magistério por agente público**, respeitadas, além do disposto na Lei nº 12.813, de 2013:

I - as normas atinentes à compatibilidade de horários;

II - as normas atinentes à acumulação de cargos e empregos públicos; e

III - a legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente.

§ 1º Por magistério, para fins desta Orientação Normativa, compreendem-se as seguintes atividades, ainda que exercidas de forma esporádica ou não remunerada:

I - docência em instituições de ensino, de pesquisa ou de ciência e tecnologia, públicas ou privadas;

II - capacitação ou treinamento, mediante cursos, palestras ou conferências; e

III - outras correlatas ou de suporte às dos incisos I e II deste parágrafo, tais como funções de coordenador, monitor, preceptor, avaliador, integrante de banca examinadora de discente, presidente de mesa, moderador e debatedor, observada a proibição do art. 117, X da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Não se inclui entre as atividades de magistério a prestação de consultoria

§ 3º Para efeitos dos incisos I e II do caput deste artigo, no tocante aos servidores estatutários, deve ser especialmente observado o disposto no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e na Portaria Normativa SEGEP/MP nº 2, de 12 de março de 2012. (nosso grifo)

6. Verifica-se que a atividade está compreendida como exercício de magistério, nos termos do § 1º do art. 2º da Orientação Normativa CGU n.º 02, de 2014, e, por isso, permitida, desde que respeitadas as normas atinentes à compatibilidade de horários, à acumulação de cargos e à legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente público. Cumpre ressaltar que a respectiva Orientação Normativa faz distinção clara entre a prestação de consultoria a terceiros, que é vedada, e o exercício das atividades de magistério. Nesse sentido, frisa-se que a análise desta comissão restringe-se as atividades descritas pelo servidor no pedido de autorização, sendo vedado o exercício de quaisquer atividades que caracterizem prestação de consultoria.

7. Quanto ao pedido de ministrar curso de Licitações e Contratos Públicos: com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance, pontua-se que o objetivo primordial do legislador da Lei de Conflitos de Interesses não foi impor restrições absolutas à liberdade do agente público, senão evitar situações que possam comprometer o interesse coletivo ou o desempenho da função pública. Logo, para que se configure uma situação de conflito de interesses, há de se demonstrar, no caso concreto, como e em que medida as atividades privadas do agente público podem causar prejuízo, seja no desempenho de suas funções seja ao interesse coletivo, tanto aquele referente ao órgão a que se vincula o agente público, como ao público em geral.

8. Os elementos apresentados oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto ao potencial conflito de interesse envolvendo o caso supradito, atendendo aos requisitos de admissibilidade insculpidos no art. 3º, da Portaria Interministerial n.º 333, de 19 de setembro de 2013, quais sejam: **(i)** a identificação do interessado, **(ii)** referência a objeto determinado e diretamente vinculado ao interessado; e **(iii)** a descrição contextualizada dos elementos que suscitam a dúvida.

9. O servidor se reporta a sua pretensão de exercer atividade privada, mais especificamente, para ministrar curso de Licitações e Contratos Públicos: com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance. Outrossim, nega a existência de conflito de interesse.

10. É cediço que CGU tem a possibilidade de dar curso a cursos de Licitações e Contratos Públicos, com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance entretanto, nos padrões supradelimitados, constitui-se em uma modalidade de colaboração profissional estratégica, com nítido viés de docência especializada.

11. Por outro lado, deve-se pontuar que, a princípio, não se vislumbra a caracterização de comércio generalizado como defeso, explicitamente, no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/90, tampouco da consultoria clássica, vedada, explicitamente, no art. 2º, §2º, da Orientação Normativa CGU nº 2, de 9 de setembro de 2014.

12. Acerca da atividade proposta, cumpre elencar eventuais normativos aplicáveis à espécie, quais sejam: a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, no que diz respeito à vedação de atuação em casos de conflito de interesses; e as disposições da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que concerne ao

dever de o servidor guardar sigilo sobre "assunto da repartição" (art. 116, VIII) e à proibição de "revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo" (art. 132, IX).

13. Nesse diapasão, reputa-se fundamental transcrever, *in totum*, o art. 3º, da Lei nº 12.813/2013, *in verbis*:

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública; e

II - informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público. (grifos nossos).

14. No que toca ao imperativo de agir de modo a prevenir ou impedir possível conflito de interesses na atuação da função pública, reproduz-se, integralmente, o art. 4º, do mesmo diploma normativo, a saber:

Art. 4º O ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

§ 1º No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética Pública, criada no âmbito do Poder Executivo federal, ou a Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei.

§ 2º A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro. (grifos nossos).

15. Ainda, com vistas a facultar a hermenêutica da matéria, impende trasladar seu art. 5º que especifica situações de conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego, no âmbito do Poder Executivo Federal, *ipsis litteris*:

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento. (grifos nossos).

16. Outrossim, cabe ressaltar que as disposições da Lei nº 12.813/2013 abarcam todos os servidores públicos federais, *latu sensu*. Por conseguinte, há de se observar a necessária compatibilidade de horários, considerando a possibilidade de trabalho remoto em PGD, e a vedação absoluta ao comprometimento do desempenho das atribuições inerentes ao cargo público em exercício nesta Controladoria-Geral da União.

17. Nesse mesmo sentido, por derradeiro, à luz do Decreto nº 1.171/1994, em eventual

realização de atividade privada, ainda que não haja conflito de interesses, não se permite ao servidor, em nenhuma hipótese, a utilização de quaisquer recursos da CGU, nem sequer vincular a imagem da instituição ao serviço prestado ou mesmo falar em nome da CGU, representar interesses particulares no órgão, tanto menos "exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso".

18. Para evitar o risco de conflito de interesses e mesmo risco de imagem para a CGU o requisitante não deve ministrar tal curso para turmas fechadas de órgãos públicos, uma vez que este público pode receber curso similar e gratuito da própria CGU. O risco de imagem se justifica no caso de órgão público ter solicitado tal curso na CGU, sendo tal solicitação negada e, ato contínuo, o mesmo órgão ter contratado a LEC e ter tal curso ministrado pelo requerente.

III - CONCLUSÃO

19. Diante do exposto, sob escólio do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 12.813/2013, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 333, particularmente no art. 6º, §2º, combinado com o disposto na Portaria CGU nº 2.120/13, **opina-se pelo afastamento de potencial conflito de interesses relevante, desde que observados os limites estritos da consulta, os documentos que a respaldam e as considerações específicas consignadas.**

20. Alfim, diante do interesse de esta Comissão de Ética prover aos servidores a melhor orientação, sugere-se que, ao registro da decisão no SeCI, seja apensado o presente relatório e que seja esclarecido à chefia do consulente que o vertente parecer e sua deliberação ulterior **não excluem da alçada hierárquica as responsabilidades e as competências relativas ao acompanhamento de jornada de trabalho e de desempenho funcional por parte do requerente.**

21. Salvo melhor juízo, é o parecer.

22. À Comissão de Ética, para apreciação e deliberação.

FERNANDA PEDREIRA NUNES

Membra suplente, Relatora

EXTRATO DE DELIBERAÇÃO

Certifico que a Comissão de Ética analisou o processo e aprovou, por unanimidade, o Parecer nº 04/2024/CE/GM com reunião não presencial via Teams. Tal decisão, cujo resumo a seguir será publicado na página da Comissão na IntraCGU, verificou a inexistência de conflito de interesses relevante para o exercício da atividade privada de ministrar curso de Licitações e Contratos Públicos: com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance.

Trata-se de processo instaurado por servidor(a) com apresentação de consulta sobre o exercício de atividade privada de ministrar curso de Licitações e Contratos Públicos: com ênfase nas boas práticas de Governança, Riscos e Compliance. Em princípio, a relatora entendeu que os elementos apresentados pelo(a) servidor(a) oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto a potencial conflito de interesse, conforme requisitos do art. 3º da Portaria Interministerial MP/CGU n.º 333/2013. Adiante, à luz das informações prestadas, sugeriu-se o encaminhamento de orientações gerais ao servidor ressaltando a tipificação legal do conflito de interesses, além da necessidade do não comprometimento das atividades do seu cargo público e a compatibilidade de horários, caso decida pela realização de qualquer atividade privada remunerada. Proposta a manifestação pela inexistência de potencial conflito de interesses relevante, com a observância das cautelas descritas, a Comissão decidiu por unanimidade acatar o parecer da relatora.

CÉSAR FONSECA RAMALHO

Secretário-Executivo da Comissão de Ética



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA PEDREIRA NUNES, Membro Suplente**, em 18/04/2024, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR FONSECA RAMALHO, Secretário-Executivo da Comissão de Ética**, em 18/04/2024, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3180242 e o código CRC 2E02F3A0

Referência: Processo nº 00190.100855/2017-04

SEI nº 3180242